

=====ACTA N.º28/06=====

-----REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOLEGÃ, REALIZADA NO DIA 19 DE
DEZEMBRO DO ANO DE 2006: -----

-----Aos catorze dias do mês de Dezembro do ano DOIS MIL E SEIS, nesta vila de GOLEGÃ, no edifício dos PAÇOS DO CONCELHO, SALA DAS SESSÕES, pelas 11,00 horas, reuniu ordinariamente a CÂMARA MUNICIPAL, estando presentes além do EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE JOSÉ TAVARES VEIGA SILVA MALTEZ, OS SENHORES VEREADORES RUI MANUEL LINCE SINGEIS MEDINAS DUARTE, ANTÓNIO FRANCISCO PIRES CARDOSO, ANA ISABEL MADEIRA MOTA SAMPAIO CAIXINHA DUQUE E CARLOS PAULA SIMÕES, comigo, PEDRO MIGUEL FERREIRA HENRIQUES, CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS. -----

-----Depois do EX^{MO}. SENHOR PRESIDENTE ter declarado aberta a reunião procedeu-se à leitura, em voz alta e na presença simultânea de todos, da acta da reunião do Executivo Camarário de 29 de Novembro de 2006, tendo sido aprovada por maioria. -----

-----**1 - Orçamento e Grandes Opções do Plano.** Discussão e Votação.-----

-----O Senhor Presidente referiu-se às linhas orientadoras do Orçamento e GOP para 2007, acentuando tratem-se de documentos em que, não descurando a necessária contenção e rigor impostos pela conjuntura nacional e local, foi possível prever a realização de investimentos avultados, sobretudo graças a uma política realista no que toca à gestão dos dinheiros públicos, que vem sendo seguida pelos seus executivos. Referiu ter sido possível a recurso a programas co-financiados, sendo certo que sempre ocorrerá um sobre-esforço financeiro para a autarquia, que não obstante as dificuldades se sente com capacidade para o suportar, a bem da população do Município e da sua valorização.-----

-----O Senhor Vice-Presidente subscreveu o entendimento do Senhor Presidente, acrescentando que esse sobre-esforço de investimento será viabilizado, em parte, pela rentabilização de algum imobilizado do Município, procurando-se, desse modo, uma distribuição social do rendimento de bens cuja utilidade

pública é, neste momento e num futuro próximo, praticamente nula. Acentuou também que a arrecadação de receita nestes moldes obstará, previsivelmente, ao recurso a outro tipo de financiamentos, certamente mais penalizadores financeiramente para a autarquia.-----

-----O Senhor Vereador Carlos Simões referiu-se ao equilíbrio orçamental patentado nos documentos, considerando bastante penalizador para o Concelho que as dotações do Orçamento Geral do Estado em termos de PIDDAC para a Golegã se situem em valores quase residuais quando comparados com outros concelhos do País. Solicitou diversos esclarecimentos técnicos sobre a composição orgânica e dotacional dos documentos, manifestando algumas reservas quanto à utilização de várias rúbricas com a designação “Outros”, tendo sido referido que se tratam de meras classificações e nomenclaturas de Contabilidade Pública, dado não existirem designações específicas para determinadas despesas e receitas, relativamente às quais se utiliza essa designação genérica. Foi acentuado não se tratar de qualquer expediente dissimulador, sendo todas as despesas e receitas aí cabimentadas perfeitamente verificáveis.-----

-----O Senhor Vereador Carlos Simões elogiou algumas acções e projectos constantes nas Grandes Opções do Plano, como a construção e reabilitação de estradas, a construção de Polidesportivos e de outros equipamentos na área do Desporto, a aposta no Turismo e no desenvolvimento económico, referindo-se também ao esforço na contenção de despesas correntes, considerando que os valores inscritos em orçamento correspondem, de facto, às necessidades da Câmara Municipal para manter os seus equipamentos e estrutura em funcionamento. Contudo, o Orçamento e GOP para 2007 não poderão merecer a sua aprovação nem tão pouco abstenção, considerando, em consciência, que o abandono da construção da Extensão de Saúde de Azinhaga prevista no GOP de 2006 constitui a destruição de um expectativa legítima criada à população da Freguesia, que vê assim defraudada uma aspiração justa e antiga, sobretudo quando se trata de um equipamento maioritariamente utilizado por uma população idosa e extremamente carenciada, sem possibilidade de deslocação a outras unidades com as necessárias valências médicas. Considerou não se ter concretizado a promessa eleitoral do executivo, abandonando-se um projecto que constitui uma necessidade de facto daquela população específica. Como Múncipe sente-

se defraudado e o seu voto – político – reflecte esse estado de espírito personificando a indignação que certamente será igual à de muitos.-----

-----O Senhor Presidente referiu compreender perfeitamente o sentimento do Senhor Vereador, considerando pertinentes todos os argumentos invocados. Referiu ter esgotado todas possibilidades de obtenção de financiamento para comparticipação da obra, afirmando que a autarquia não tem condições para avançar com um projecto na ordem do meio milhão de euros sem recorrer a fontes de financiamento externas que assegurem uma forte percentagem de comparticipação. Assim sendo, encontra-se de consciência perfeitamente tranquila quanto aos esforços que envidou obter financiamento mas não adianta chorar sobre o leite derramado. Há que pensar em alternativas para resolver o problema. Enquanto médico conhece as deficiências da Extensão de Saúde e considera ser possível melhorar muitíssimo as suas condições sem construir um edifício de raiz. Num País em que, através de medidas governamentais, se fecham urgências de hospitais, se extinguem ou mudam para dezenas de quilómetros de distância valências de especialidade e em que se inoperacionalizam pura e simplesmente unidades de saúde, parece um pouco caprichoso insistir numa construção quando o executivo se encontra em condições de assegurar que a sua reabilitação e expansão dotará os Azinhaguenses de um espaço de eleição e dignidade, capaz de ombrear com as melhores unidades da região. Afirmou que a criação de uma boa Sala de Espera, uma zona de Serviços Administrativos condigna, boas zonas de privacidade médica e de enfermagem permitirão transformar um local onde hoje vemos munícipes sofrendo com o frio de Inverno e com o calor de Verão num espaço digno sem necessidade de construir um edifício completamente novo.-----

-----O Senhor Vice-Presidente reafirmou as palavras do Senhor Presidente, considerando legítimas e compreensíveis as palavras iniciais do Senhor Vereador Carlos Simões. Não obstante, perante a garantia aqui expressa, formalmente, de que serão efectuadas obras na Extensão de Saúde que transformarão o espaço e o dotarão de todas as condições de conforto e bem-estar agora inexistentes, questionou-o se tal compromisso aqui formalmente tomado lhe é completamente indiferente, considerando que só a construção de um edifício de raiz poderá resolver o problema.-----

-----O Senhor Vereador Carlos Simões referiu que o que acabou de ser expresso pelo Senhor Presidente, não obstante a promessa incumprida da construção, lhe parece caber dentro dos limites do que será uma solução razoável para o caso. De qualquer modo, a dotação prevista de 30.000 euros é, em seu entender, manifestamente insuficiente para a realização dos trabalhos mencionados pelo Senhor Presidente, pelo que considera que mesma deverá dotar-se com, pelo menos 50.000 euros, comprometendo-se o executivo a iniciar as obras no começo do próximo mês de Fevereiro.-----

-----O Senhor Presidente aceitou a alteração da dotação bem como o compromisso do arranque das obras no início de Fevereiro, referindo que o valor inicialmente consagrado, tal como este, seriam e será sempre passível de alteração em função do decorrer dos trabalhos.-----

-----O Senhor Vereador Carlos Simões informou então que se encontra em condições de alterar o seu sentido de voto, tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, aprovar o Orçamento e Grandes Opções do Plano, nos montantes, respectivamente, de 8.452.100,00 euros e 4.756.800,00 euros.-----

-----**2 - Tabela de Taxas.** Proposta de Alteração.-----

-----Foi presente proposta de alteração da Tabela de Taxas Municipal , tendo o Senhor Vice-Presidente explicitado os propósitos das alterações preconizadas, referindo-se, em particular, à alterações em matéria de Saneamento e Resíduos Sólidos Urbanos, que passam ter uma tarifa única por metro cúbico e por mês, realçando também a introdução de taxas para a prestação de determinados serviços na Biblioteca Municipal e para a utilização do Palácio do Pelourinho.-----

-----O Senhor Vereador Carlos Simões solicitou diversos esclarecimentos sobre as modificações propostas, nomeadamente quanto aos Resíduos Sólidos e Saneamento, tendo o Senhor Vice-Presidente, evidenciando os valores de exploração, acentuado o enorme deficit associado à prestação daqueles serviços à população, e que se espera venha a ser mitigado pela contribuição de todos de uma forma mais justa e equitativa.-----

-----Finda a análise do documento, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as alterações à

Tabela de Taxas e submeter o documento à Assembleia Municipal a fim de se pronunciar e conferir a também necessária autorização.-----

-----**3 - Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.** Proposta de Alteração.-----

-----Foram debatidas diversas questões suscitadas pelo Senhor Vereador Carlos Simões, que assinalou, em especial, a sua discordância com a fórmula e valor do factor p constante na proposta apresentada. Não obstante, e uma vez que se trata de uma fórmula legal e de um valor constante de Portaria governamental, vota favoravelmente a proposta de alteração, que é assim aprovada por unanimidade, devendo seguir os trâmites adequados para aprovação final pela Assembleia Municipal.-----

-----**13-Encerramento:** -----

-----Quando eram 13.00 horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Pedro Miguel Ferreira Henriques, Chefe da Divisão Municipal de Administração e Finanças, redigi, subscrevo e também assino. -----